

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****OBJETIVO:**

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto é **FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CERTIFICADO E-CPF A1 E A3 PARA AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.**

**Área requisitante da contratação:** Secretaria Municipal de Governo.

**I – INFORMAÇÕES GERAIS****1. Equipe de Planejamento**

Nome	Cargo/função	Matrícula	E-mail
NÁRRIMAN DA COSTA RODRIGUES BALLOCK	Agente em Atividades Administrativas	2392101	<a href="mailto:narriman.ballock@itajai.sc.gov.br">narriman.ballock@itajai.sc.gov.br</a>

**II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL****2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

A utilização de certificação digital permite assinar e tramitar documentos eletrônicos, com presunção de validade jurídica, conforme dispõe o artigo 195 do novo Código de Processo Civil – CPC, ou seja, possibilitam o trâmite e o encaminhamento de documentos com segurança e legalidade, garantindo às transações a identificação inequívoca, integridade de conteúdo, transmissão de dados inviolável e não-repúdio (garantia de que somente o titular do Certificado Digital poderia ter realizado determinada transação, impedindo que os integrantes de uma transação venham a contestar ou negar uma transação após sua realização).

Cabe frisar que ainda existem sites oficiais de Órgãos Públicos que aceitam apenas assinatura do certificado digital E-CPF.

Justificamos a aquisição em razão da necessidade de atender as demandas da Prefeitura Municipal de Itajaí e suas Secretarias, Fundos e Fundações.

**3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano de Contratação Anual (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Esta contratação está prevista no PCA e irá substituir a Dispensa 115/2024.

**4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

A empresa deverá:

- Ser do ramo do objeto da licitação, ou seja, a contratação somente pode ser efetuada com empresa especializada;
- Possuir material, equipamentos, ferramentas e mão de obra capacitada e qualificada, em quantidade necessária, para o desempenho eficiente das diversas tarefas;
  - Para o fornecimento, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos solicitados no edital para a devida habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021;
  - Comprovar a experiência por meio de Atestados e Certificados Técnicos;
  - Arcar com os custos de mobilização e transporte, se necessário;
  - Responsabilizar-se pelas despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outros, se existentes, decorrentes do fornecimento;
  - Responsabilizar-se pela entrega do produto, devendo este procedimento ser executado manualmente para a área interna do local indicado pela Contratante;
- Estar em dia com as obrigações trabalhistas e previdenciárias;

- Cuidar da preservação do meio ambiente de forma a atender os critérios e práticas de sustentabilidade na execução do fornecimento;
- Responsabilizar-se pela qualidade dos materiais fornecidos, assim como, efetuar a substituição daqueles que, porventura, apresentem algum tipo de irregularidade;
  - Caso seja necessário, após a fase de lances, o Município de Itajaí reserva-se no direito de solicitar uma amostra dos produtos que serão entregues, para realização de ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para comprovar a qualidade do produto, cujas despesas correrão por conta da licitante, provisoriamente, classificada;
  - Caso o produto não seja aprovado ou não apresente as especificações mínimas exigidas neste certame, a empresa deverá proceder a substituição do produto em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, estando sujeito, ainda, às sanções previstas neste certame, além de arcar com todos os prejuízos que possam resultar.
- Entregar todos os materiais adquiridos, de acordo com as especificações técnicas, nas quantidades e prazo estipulados pela Prefeitura de Itajaí (e suas Secretarias, Fundos e Fundações);
- Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso (mesmo que temporariamente), ou seja, que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, direta e indireta;

Quanto aos produtos:

- Os produtos adquiridos abrangem fornecimento e instalação de certificados digitais e-cpf A1 e A3;
- Na proposta deverá estar incluso todos os custos com os produtos assim como o fornecimento e deslocamento;
  - Os produtos deverão ser de primeira qualidade compatíveis com as recomendações do fabricante, com qualidade igual ou superior, reservando-se à Administração Pública o direito de recusar qualquer material que apresentar indícios de ser inferior;
  - A empresa deverá se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes do objeto. Os produtos deverão ser substituídos, sem ônus para a Administração Pública, na

hipótese de apresentarem vícios, estiverem danificados, vencidos e/ou com quaisquer outras falhas.

- Os produtos deverão estar acondicionados em embalagens apropriadas, com rótulos com informações claras, e atender às especificações do Termo de Referência;
  - O acondicionamento deverá ser em embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do material, incluindo: marca, modelo, dados do fabricante/importador, código de referência, data de fabricação e validade ou garantia, de acordo com suas características, bem como o número de série e/ou lote do produto;
- As solicitações dos serviços decorrentes do Registro de Preços serão feitas de acordo com a necessidade e conveniência da Prefeitura de Itajaí, assim como suas Secretarias, Fundos e Fundações, mediante a emissão da Nota de Empenho e Autorização de Fornecimento.

**5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada
1	95339 - Certificado digital E-CPF A1, licença por 12 (doze) meses Certificado digital E-CPF A1 em nuvem, licença por 12 (doze) meses	Un	40
2	95341 - Renovação Licença por 12 (doze) meses para Certificado Digital E-CPF A1 Renovação Licença por 12 (doze) meses para Certificado Digital E-CPF A1	Un	30
3	95340 - Certificado digital E-CPF A3, licença por 12 (doze) meses Certificado digital E-CPF A3 em token UBS, licença por 12 (doze) meses	Un	20
4	95342 - Renovação Licença por 12 (doze) meses para Certificado Digital E-CPF A3 Renovação Licença por 12 (doze) meses para Certificado Digital E-CPF A3	Un	20

Quantidade foi estimada baseando-se no consumo das Secretarias, Fundos e Fundações participantes.

### III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Após pesquisa de mercado e de preços, as opções de contratação encontradas foram:

- Terceirização de empresa especializada e qualificada através:
  - Aquisição dos objetos através de demandas pelo Sistema de Registro de Preços.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O custo estimado, para o período de 12 (doze) meses, é de R\$ 10.566,20 (dez mil e quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos).

### IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A pretendida contratação se trata de aquisição comum, ou seja, tem natureza acessória, instrumental e complementar às necessidades da Prefeitura de Itajaí assim como suas Secretarias, Fundos e Fundações.

Levando em consideração, ainda, que as aquisições são periódicas, minimizando o custo de mão de obra e material a ser utilizados, o método mais vantajoso se dará por meio de empresa especializada através de Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços, menor preço por lote.

Não se vislumbra nenhuma dificuldade de atendimento desta demanda pelo mercado local, pois os serviços pretendidos são serviços operacionalmente simples cujo atendimento pode ser realizado por qualquer empresa que tenha a habilitação técnica necessária para atuar neste ramo e que detenha experiência no objeto.

**9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Nos termos do art. 47, inciso II, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio devem ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Em vista disto, a presente contratação foi agrupada em lotes, tendo em vista que o eventual não agrupamento dos itens poderia gerar perda de economia e diferenças na padronização da realização dos fornecimentos.

**10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Não há contratação correlata.

**11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Com este processo licitatório, pretende-se assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município de Itajaí. Assegurando o tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

Espera-se obter, para o município, os benefícios diretos e indiretos em termos de economicidade, eficácia, eficiência de melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito à impactos ambientais.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada que os materiais sejam entregues nas quantidades e qualidades almejadas, o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

**12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Não serão necessárias providências para à adequação do ambiente, a capacitação de servidores para a fiscalização e gestão contratual ou ainda adequações dos ambientes deste Órgão, tendo em vista que se trata de prestação de serviços e aquisições de materiais comuns e não tem maiores complexidades, bastando que a empresa CONTRATADA cumpra com as obrigações após a emissão da Nota de Empenho.

**13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Com a finalidade de mitigar os possíveis impactos ambientais e buscando sanar os riscos ambientais existentes, sempre que possível e no que couber, deve ser observado, quando da contratação dos serviços ao atendimento às normas técnicas, elaboradas pela Assessoria Brasileira de Normas Técnicas. Ainda, deverão ser observados, quando couber, os critérios contidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU e os critérios de sustentabilidade ambiental.

**14. Responsáveis pela Elaboração do ETP INTEGRANTE TÉCNICO**

INTEGRANTE TÉCNICO
<p><b>NÁRRIMAN DA COSTA RODRIGUES BALLOCK</b></p> <p>Matrícula nº 2392101</p>

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Itajaí/SC, 01 de setembro de 2025.

**SERGIO MURILO PEREIRA**

Secretário de Governo